

# Fraude, a hidra

É certo, fraudes sempre existiram. Mas a realidade forjada nos últimos 30 anos é quantitativa e qualitativamente nova



Carlos Pimenta

1. A fraude é uma hidra que, em vez de encontrar um Hércules capaz de degolar as suas sete cabeças, se pavoneia entre os humanos, reproduzindo-se no consumismo, numa existência utilitarista alicerçada na convicção de que até os valores mais sagrados do humanismo são transaccionáveis, no turbilhão dos negócios, num enfraquecimento da honra e da coesão das relações sociais, na degenerescência ética.

Alimenta-se na organização social da globalização, no abandono do longo prazo e no encantamento pelo imediato e efêmero, no aumento das desigualdades económico-sociais, na transfor-

mação do Estado-nação no Estado-mercado, na degradação das relações de confiança entre os cidadãos e os seus representantes políticos. Uma degradação que resulta do folclorismo e clubismo irracional dos actos eleitorais, do aumento das desigualdades económico-sociais, da sobre-determinação da política pelos interesses económicos. Autoalimenta-se nas relações sociais criadas, na propagação do exemplo, nos processos automáticos de exclusão progressiva das boas pelas más práticas económicas, de afastamento dos referenciais éticos e ascensão dos seus contrários.

Os centros de decisão chafurdam em conflitos de interesses. Quem gere e representa os outros tem como primado a opípara beneficiação pessoal; quem deve regular, controlar e fiscalizar é comandado por aqueles que deve supervisionar. Um conflito de teias complexas, globalizadas, entrelaçando as mais diversas relações sociais.

2. A fraude é mimética, com capacidade de se ajustar ao ambiente, e tam-

bém assumindo formas diversas. É a fraude cometida contra as empresas que sangra a sua capacidade de existência, é a fraude manipulada pelos conselhos de administração em seu benefício próprio ou angariando vantagens ilícitas para as suas instituições. É a corrupção nos mais diversos sectores de funcionamento social, nomeadamente os políticos. É o financiamento informal das campanhas eleitorais como “investimento” dos favores pasados ou para obtenção de futuros. É a manipulação de rendimento e riqueza para encobrir a sua origem defraudadora ou criminosa. São os paraísos fiscais com a sua opacidade, que funcionam como bastiões fortificados de qualquer investigação criminal e espaço de debochante manipulação contabilística. É o aproveitamento das redes informáticas para transformar o conto do vigário numa actividade massificada à escala mundial, contra a qual não há vacina eficaz devido à mutabilidade dos procedimentos.

A fraude económico-financeira é mimética e a criminalidade económica internacional acompanha-a e aproveita-se para reforçar o seu poder, para aumentar o seu controlo sobre as actividades económicas legais, para se apropriar da capacidade de decisão dos Estados.

A situação de crise e a falta de liquidez das instituições, a dependência estatal do funcionamento dos mercados de capital de crédito (e usura), as privatizações e a forma como são realizadas são manás para o seu expansionismo, para a propagação da sua ditadura sob a capa dos formalismos democráticos.

3. É certo, fraudes sempre existiram. Mas a realidade forjada nos últimos 30 anos é quantitativa e qualitativamente nova.

É urgente e imperioso inverter a situação.

É sobre essas desventuras e epopeias que falaremos um pouco nestes artigos semanais.

*Escreve à sexta-feira*



Centros de decisão e conflitos de interesse

ANTÓNIO PEDRO SANTOS



MIGUEL ROMÃO

## A natureza do juro

É uma verdade bíblica que o juro não é uma coisa boa. Agora que o juro fosse também capaz, em 2012, de aprisionar países, de destruir vidas e de aplinar direitos legítimos, que é o que se vive no sul da Europa e em Portugal, essa é uma realidade que nunca se pensou voltar a conhecer. Em grande parte do século XIX, Portugal viveu sob a ditadura do juro e dos empréstimos externos. Os seus resultados? São bem conhecidos: um país cronicamente empobrecido, genericamente analfabeto, dependente dos seus credores para as necessidades económicas mais básicas ou para qualquer investimento de fundo, e encaminhado, pois, para uma sucessão de pequenas ditaduras terminada por uma grande, com uma guerra colonial no topo. Já que a ordem e a restauração financeira, num país feito de muitos devedores e de poucos cidadãos, eram afinal o melhorzinho que podia acontecer. Vivemos em Portugal, basicamente, três surtos de peste moral simultâneos que são, em poucas palavras, fragilidade, culpa e oportunismo político.

País frágil porque produz pouco em comparação com os seus concorrentes, porque não tem sectores infungíveis no comércio mundial, porque tem demasiados empresários adormecidos à sombra do Estado e funcionários só adormecidos, porque é analfabeto. Sente-se incapaz de fazer e de aprender, porque a esperança face ao muito que se conquistou de real e bom nas últimas décadas parece ser destruída por três estrangeiros nas arcadas do Terreiro do Paço. Mas país também culpado, enredado num processo expiatório kafkiano, em que o crime é tão simplesmente acordar de manhã, ir trabalhar ou para a fila da Segurança Social... Um país que procura culpas nas exigências que ontem eram tão óbvias: estradas, hospitais, escolas, universidades, solidariedade, tecnologia... Para onde foi o dinheiro? Espreite-se à janela. Um país ainda onde o oportunismo, ideológico e político, ganha força. Hoje é o oportunismo neoliberal, que privatiza o lucro e socializa o prejuízo a contar com impostos que nunca existirão, ao abrigo de modelos que apenas conseguem prever com certeza a sua própria incerteza. Amanhã podem ser outros os oportunismos, ainda mais perigosos. Porque é da natureza do juro – e também do juro moral, como sabemos – ser exponencial.

*Docente universitário, escreve à sexta-feira*